



Desapropriação por cultivo de plantas psicotrópicas

Wellington Silva

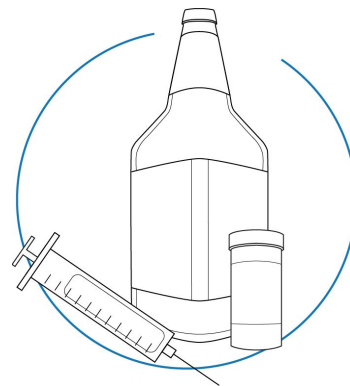
Plantas psicotrópicas (entorpecentes)

- Definição consoante ao Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) da Universidade Federal de São Paulo (USP) :
 - **Psico** é uma palavra de origem grega que significa psiquismo relacionado a sentimento.
 - **Trópico** (tropismo) é possuir atração por algo
 - **Psicotrópico** é a atração pelo psiquismo
- Atuam no funcionamento do cérebro, especificamente no Sistema Nervoso Central (SNC) de maneira que alterna o psiquismo, que determine dependência física ou psíquica



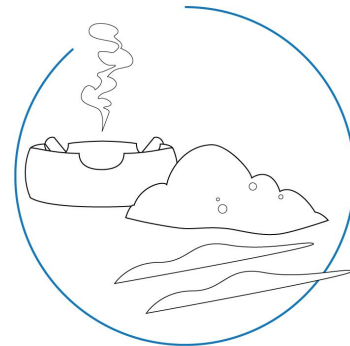
Plantas psicotrópicas

- **Depressores:** diminuem a atividade cerebral.
 - Álcool;
 - Ansiolíticos;
 - Soníferos ou hipnóticos;
 - Opiáceos; e Inalantes ou solventes.
- **Resultado** reduz:
 - Atenção;
 - Concentração;
 - Tensão emocional; e
 - Capacidade intelectual.



Plantas psicotrópicas

- **Estimulantes:** aumentam a atividade cerebral
 - Anorexígenos;
 - Cocaína;
- **Resultado:**
 - Estado de euforia;
 - Diminui o apetite;
 - Insônia



Plantas psicotrópicas

- **Perturbadores:** modifica qualitativamente a atividade cerebral
 - Origem vegetal:
 - Mescalina (do cacto mexicano);
 - THC (da maconha);
 - Psilocibina (de certos cogumelos);
 - Lírio (trombeteira, zabumba ou saia branca);
 - Origem sintética:
 - LSD
 - “Êxtase”
 - Anticolinérgicos
- **Resultado:**
 - Alucinação



Substâncias ou produtos capazes de causar dependência.

Além de estar inclusa no regulamentação da ANVISA

- Tipos penais em branco

Art. 2º Ficam proibidas, em todo o território nacional, as drogas, bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, ressalvada a hipótese de **autorização legal ou regulamentar**, bem como o que estabelece a Convenção de Viena, das Nações Unidas, sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971, a respeito de plantas de uso estritamente **ritualístico-religioso**.

- Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad) responsável pela regulamentação
- Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas(Sinad) prevenção e inclusão social

Direito de propriedade

- Brasileiros e aos estrangeiros residentes no País (CF.: Art 5º - Caput)
- Garantia constitucional de eficácia contida* (CF.: Art 5º - XXII)
- Ter função social (CF.: Art 5º - XXIII)
 - Rural (Estatuto da Terra - Lei 4.604/64 Art 2º)
 - Favorece o bem-estar dos proprietários e trabalhadores
 - Produtividade
 - Conservação dos recursos naturais
 - Disposições legais

* aptas a produzir todos os seus efeitos,
independentemente de lei regulamentadora, sujeitas a limitações.



Desapropriação

“Procedimento administrativo pelo qual o Poder Público ou seus delegados, mediante prévia declaração de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, impõe ao proprietário a perda de um bem, substituindo-o em seu patrimônio por justa indenização”. (Di Pietro - 2012)

- **Mediante indenização (CF.: Art 5º XXIV)**
 - Necessidade pública
 - Utilidade pública
 - Interesse público



Desapropriação confiscatória

- **Propriedades onde forem localizadas (CF.: Art. 243)**
 - exploração de trabalho escravo
 - culturas ilegais de plantas psicotrópicas
 - Plantio, sementeira e colheita
- **Culturas ilegais de plantas psicotrópicas - Lei 8.257/1991**
- **Perda em favor da União (CP.: Art 91 II a)**
 - Constitua **fato ilícito**:
 - fabrico,
 - alienação,
 - uso,
 - porte ou,
 - detenção.



Expropriação das glebas nas quais se localizem culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências (Lei 8.257/1991)

- Minimizar o tráfico de drogas
- Recuperação de dependentes
- Custear atividades de fiscalização, controle prevenção e repressão
- Adicionar imóvel ao patrimônio da União (Art 15)
- Reforma Agrária
- Utilidade pública
- Incremento da produtividade
 - Alimentícios
 - Medicinais



Amplo alcance no ordenamento jurídico pátrio

- Código Civil (CC)
- Código Processual Civil (CPC)
- Código Penal (CP)
- Código Processual Penal (CPP)
- Direito da Seguridade Social

A competência para legislar cabe unicamente à União (CF.: Art 22 II)



- Inquérito policial - Polícia Federal (CPP.: Art 5º)
- Procuradoria da União e Advocacia - Geral da União (Lei 9.028/95)
- Relatório técnico
- Justiça Regional Federal (TRF), no foro da localidade onde se localiza a plantação (CPC.: Art 95 e CF.: Art 109 I)



Querelado

VS

Querelante

INQUILINO

OU

PROPRIETÁRIO



Rigor da norma - Recurso Extraordinário (RE) 543974

- Sentença estendida à totalidade do imóvel, indo além da área efetivamente plantada.
 - incorporação definitiva do bem ao patrimônio da União (CPC.: Art 513)
- “A função social da propriedade aponta para um dever do proprietário de zelar pelo uso lícito, ainda que não esteja na posse direta” (Ministro Gilmar Mendes)



Contradição - RE.: 635336

- Dever não é ilimitado:
 - in vigilando - falta de atenção com procedimento de outra pessoa
 - in eligendo - má escolha daquele a quem se confia a prática de um ato.

“O proprietário pode afastar sua responsabilidade demonstrando que não incorreu em culpa, pode provar que foi esbulhado ou até enganado por possuidor ou detentor” (Ministro Gilmar Mendes)

BODIN DE MORAES, Maria Celina. Interpretação e aplicação do disposto no artigo 243 da Constituição, que prevê a **expropriação** de glebas onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas. Civilistica.com. Rio de Janeiro, a. 3, n. 1, jan.-jun./2014.



- ❑ Restrição ao direito de propriedade
- ❑ Intervenção mais gravosa do Estado na propriedade privada
- ❑ Confisco àqueles que cultivam ilegalmente plantas psicotrópicas
- ❑ Não indeniza o proprietário expropriado
- ❑ Proprietário pode responder penalmente
- ❑ Repressão ao tráfico ilícito de entorpecente
- ❑ Há exceções



Obrigado

Desapropriação por cultivo de plantas psicotrópicas

Wellington Silva

Referência

1. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
2. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8257.htm
3. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm
4. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm
5. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm
6. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm
7. <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=331993>
8. <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/46934/desapropriacao-confiscatoria>
9. <https://jus.com.br/artigos/2664/desapropriacao-de-glebas-nas-quais-se-localizem-culturas-ilegais-de-plantas-psicotropicas>
10. <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2976/Desapropriacoes-confiscatorias>
11. <https://www.pontodosconcursos.com.br/artigo/14426/marcelo-alexandrino/plantacao-de-drogas-ilicitas-e-responsabilidade-do-proprietario>

11. <https://jus.com.br/artigos/31321/desapropriacao-de-terra-pelo-cultivo-de-plantas-psicotropicas>
12. <https://www.camara.leg.br/noticias/139997-substancias-psicotropicas-podem-ser-divididas-em-tres-grupos/>
13. https://www2.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/folhetos/drogas_.htm
14. <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/297463/norma-constitucional-de-eficacia-contida>
15. <https://jus.com.br/artigos/61087/aplicabilidade-e-eficacia-das-normas-constitucionais>
16. BODIN DE MORAES, Maria Celina. Interpretação e aplicação do disposto no artigo 243 da Constituição, que prevê a expropriação de glebas onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas. Civilistica.com. Rio de Janeiro, a. 3, n. 1, jan.-jun./2014. Disponível em: <<http://civilistica.com/interpretacao-e-aplicacao-do-disposto-no-artigo-243-da-constituicao/>>.